



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

ANALISTA LEGISLATIVO

CÓDIGO DA PROVA

S03 T
TARDE

Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DE ARISTÓTELES PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras.”

ATENÇÃO

Duração da prova: 3h e 30 min.

Este caderno contém 50 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
- Língua Portuguesa	10	2
- Raciocínio Lógico e Matemático	5	2
- História e Geografia de Rondônia	5	2
- Informática Básica	5	2
- Ética e Conduta na Administração Pública	5	2
- Conhecimentos Específicos	20	2

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração de prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando a substituição.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação acarretará a eliminação do candidato
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas. O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Leia o texto, abaixo, e responda às questões que se seguem:

Causos/3

Eduardo Galeano, em *O Livro dos Abraços*.

O que é a verdade? A verdade é uma mentira contada por Fernando Silva. Fernando conta com o corpo inteiro, e não apenas com palavras, e pode se transformar em outra gente ou em bicho voador ou no que for, e faz isso de tal maneira que depois a gente escuta, por exemplo, o sabiá cantando num galho, e a gente pensa: Esse passarinho está imitando Fernando quando imita o sabiá.

Ele conta causos da linda gente do povo, da gente recém-criada, que ainda tem cheiro de barro; e também causos de alguns tipos extravagantes que ele conheceu, como aquele espelheiro que fazia espelhos e se metia neles, se perdia, ou aquele apagador de vulcões que o diabo deixou zarolho, por vingança, cuspidando em seu olho.

Os causos acontecem em lugares onde Fernando esteve: o hotel que abria só para fantasmas, aquela mansão onde as bruxas morreram de chatice ou a casa de Ticuantepe, que era tão sombreada e fresca que a gente sentia vontade de ter, ali, uma namorada à nossa espera.

Além disso, Fernando trabalha como médico. Prefere as ervas aos comprimidos e cura a úlcera com plantas e ovo de pombo; mas prefere ainda a própria mão. Porque ele cura tocando. E contando, que é outra maneira de tocar.

Questão 01

Observe:

"A verdade é uma mentira contada por Fernando Silva."

A ideia expressa na frase acima está, também, presente em:

- A) "E contando, que é outra maneira de tocar."
- B) "Além disso, Fernando trabalha como médico."
- C) "... aquela mansão onde as bruxas morreram de chatice..."
- D) - "Esse passarinho está imitando Fernando quando imita o sabiá."
- E) "Ele conta causos da linda gente do povo, da gente recém-criada..."

Questão 02

No texto de Galeano, o diabo cospe no olho do apagador de fogo. Uma ação de Deus, também, é lembrada, em:

- A) "... e cura a úlcera com plantas e ovo de pombo..."
- B) "... e faz isso de tal maneira que depois a gente escuta..."
- C) "... da gente recém-criada, que ainda tem cheiro de barro..."
- D) "... e pode transformar em outra gente ou em bicho voador..."
- E) "... tão sombreada e fresca que a gente sentia vontade de ter..."

Questão 03

Observe:

"... e não apenas com palavras...", "... e pode se transformar...", "... e faz isso de tal maneira...", "... e a gente pensa..."

A repetição do "e", conjunção com valor aditivo, foi usada por Galeano para:

- A) Aguçar nossa vontade de conhecer as fantásticas histórias de outros povos.
- B) Ressaltar traços de oralidade para aproximar o narrador do contador de histórias.
- C) Reforçar o desejo do narrador de imitar a linguagem própria dos seres da floresta.
- D) Criticar a pobreza de vocabulário das pessoas que moram no interior, no mato.
- E) Plagiar o poder mágico do contador de histórias ao transformar mentira em realidade.

Questão 04

Galeano termina seu texto destacando outro sentido para o verbo tocar.

"E contando, que é outra maneira de tocar."

O mesmo valor está presente em:

- A) Fernando toca sua plateia com histórias de encantamento.
- B) O médico Fernando fazia mágicas ao tocar os enfermos.
- C) Em suas contações, Fernando tocava flauta e dançava.
- D) Os dedos delicados de Fernando, às vezes, quase tocavam o céu.
- E) Todos tocavam suas carroças para ouvir as histórias de Fernando.

Questão 05

O plural das palavras terminadas em “ão” sofre variações. Normalmente se faz em “ões”, como em vulcões, que aparece no texto.

Por vezes, contudo, aceita-se mais de uma forma.

É o que ocorre com:

- A) tufão
- B) tostão
- C) vilão
- D) cidadão
- E) alemão

Questão 06

“Prefere as ervas aos comprimidos...”

A frase destacada está parafraseada, corretamente, em:

- A) Prefere mais as ervas aos comprimidos.
- B) Prefere os comprimidos do que as ervas.
- C) Gosta mais dos comprimidos às ervas.
- D) Gosta mais das ervas que dos comprimidos.
- E) Prefere as ervas do que os comprimidos.

Questão 07

A oração subordinada adjetiva pode ter valor restritivo ou explicativo.

No trecho, a seguir, ela tem valor explicativo.

“... a casa de Ticuantepe, que era tão sombreada e fresca”

O mesmo acontece em:

- A) “Fernando quando imita o sabiá.”
- B) “... o hotel que abria só para fantasmas ...”
- C) “... como aquele espelheiro que fazia espelhos ...”
- D) “... alguns tipos extravagantes que ele conheceu ...”
- E) “... da gente recém-criada, que ainda tem cheiro de barro...”

Questão 08

“... uma namorada à nossa espera.”

Na frase destacada, o sinal de crase é facultativo. É o que, também, ocorre em:

- A) Fernando tinha ervas sempre à mão.
- B) Não contarás essa mentira à tua filha.
- C) Ele voltava feliz àquela casa assombrada.
- D) O contador dedicava suas histórias às crianças.
- E) Às vezes, é melhor fugir dos fantasmas.

Questão 09

Observe as duas frases:

O diabo cuspiu no olho do apagador de vulcões.
O apagador de vulcões ficou zarolho.

Elas foram corretamente unidas em:

- A) O apagador de vulcões ficou zarolho no olho o qual o diabo cuspiu.
- B) O apagador de vulcões, cujo o diabo cuspiu no olho, ficou zarolho.
- C) O diabo cuspiu no olho aonde o apagador de vulcões ficou zarolho.
- D) O diabo cuspiu no olho do apagador de vulcões, onde ficou zarolho.
- E) O apagador de vulcões, em cujo olho o diabo cuspiu, ficou zarolho.

Questão 10

A palavra “recém-criadas” sofre, em sua formação, um tipo de processo de derivação. O mesmo que ocorre em:

- A) extravagantes.
- B) guarda-florestal.
- C) sombreada.
- D) causos.
- E) entardecer.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Questão 11

Um **anagrama** de uma palavra é obtido através da alteração da ordem das letras dessa palavra, mantendo-se a mesma quantidade de letras da palavra inicial. A própria palavra inicial é considerada um dos seus anagramas e não há necessidade de que o termo formado tenha significado no nosso idioma. Por exemplo, um dos anagramas da palavra **roupa** é o termo **apour**. Dessa forma, podemos afirmar que a quantidade de anagramas da palavra **mercado**, iniciados por uma consoante é:

- A) 1440.
- B) 2880.
- C) 5040.
- D) 12000.
- E) 14200.

Questão 12

A negação lógica da sentença “**se estou de dieta, então fecho a boca**” é:

- A) Se não estou de dieta, então não fecho a boca.
- B) Se estou de dieta, então não fecho a boca.
- C) Estou de dieta e não fecho a boca.
- D) Se fecho a boca, então estou de dieta.
- E) Estou de dieta ou não fecho a boca.

Questão 13

Um colégio possui 1000 alunos e nesse colégio existem dois grêmios estudantis, A e B. 400 alunos desse colégio não frequentam quaisquer desses grêmios, 500 alunos frequentam o grêmio A e 100 alunos do colégio frequentam ambos os grêmios estudantis. Com base nessas informações, pode-se afirmar que a quantidade de alunos desse colégio que **só frequentam o grêmio B** é:

- A) 450.
- B) 380.
- C) 240.
- D) 200.
- E) 100.

Questão 14

Uma empresa, que durou apenas 1 ano e 4 meses, teve a participação de dois sócios, André e Ricardo. André entrou com R\$ 30 000,00 e permaneceu por 1 ano na empresa. Ricardo entrou com R\$ 40 000,00 e participou até o fechamento da empresa. No fechamento, verificou-se um lucro de R\$ 12 000,00. A parte do sócio Ricardo na partilha desse lucro, foi de:

- A) R\$ 4320,00.
- B) R\$ 5200,00.
- C) R\$ 6200,00.
- D) R\$ 7680,00.
- E) R\$ 8400,00.

Questão 15

A sequência de palavras abaixo possui uma determinada regra lógica que relaciona a palavra entre parênteses com as outras duas.

MALA (MATO) GATO
COLA (COME) LEME
VIVO (X) RODA

De acordo com essa mesma regra, a palavra que deve estar no lugar da letra X é:

- A) VIRO.
- B) VODA.
- C) VIDA.
- D) DAVI.
- E) MEDO.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão 16

“(…) Com quase dois milhões de habitantes e uma área territorial de mais de 200 mil metros quadrados, Rondônia vive uma das piores secas da história. A agricultura e a pecuária são os setores mais prejudicados (...). Em algumas propriedades do interior do estado, a fome tem sido a principal causa da mortalidade de animais, o que vem aumentando o desespero de pecuaristas.

Os impactos da falta de chuva na agricultura e na pecuária no estado deixa a situação mais complicada. Segundo o meteorologista Diego Silva, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), o clima está conforme o previsto ao período. (...) (Globo.com G1 23/07/2018).

(...) Diversos municípios rondonienses têm registrado índices alarmantes de apenas 11% de umidade. (...) (tudorondonia.com).

Essas notícias tratam de um fenômeno climático conhecido como:

- A) efeito estufa.
- B) estiagem.
- C) inversão térmica.
- D) incêndio.
- E) tornado.

Questão 17

Em Rondônia os solos que predominam em cerca de 58% do território caracterizam-se por serem solos minerais, homogêneos, com pouca diferenciação entre os horizontes ou camadas, reconhecidos facilmente pela cor quase homogênea do solo e a profundidade. São profundos, normalmente, bem drenados e com baixa capacidade de troca de cátions, com textura média ou mais fina (argilosa, muito argilosa) e, com mais frequência, são pouco férteis. Esse tipo de solo é denominado:

- A) latossolos.
- B) gleissolos.
- C) argissolo
- D) cambissolo .
- E) planossolo.

Questão 18

No estado de Rondônia os minerais metálicos perfazem 85% dos recursos minerais do estado, enquanto os não-metálicos apenas 15%. São recursos minerais metálicos:

- A) ferro, areia, manganês e cascalho.
- B) diamante, estanho (cassiterita), ametista e água-marinha.
- C) arila, areia, cascalho e granito,
- D) ouro, ferro, manganês e estanho (cassiterita).
- E) diamante, ametista, berilo e água-marinha.

Questão 19

A área de Rondônia começa a ser procurada, somente, nos fins do século XIX, segundo um padrão de ocupação comum a todo o sul do Amazonas, podendo-se afirmar que o fator principal dessa ocupação foi:

- A) o surgimento do ciclo da borracha
- B) o início do ciclo do ouro.
- C) a expansão do ciclo da cana-de-açúcar.
- D) a descoberta de jazidas de diamantes.
- E) a expansão da agropecuária.

Questão 20

De acordo com dados do MPF e Funai (<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/terrasindigenas/terras-indigenas>), entre os principais povos indígenas que possuem áreas regularizadas, está um povo que possui uma das maiores áreas (1.603.245,00ha), que abrange Juína/MT e Vilhena/ RO (Parque Aripuanã). Trata-se do povo denominado:

- A) Karipuna.
- B) Oro Wari.
- C) Gavião.
- D) Cinta Larga.
- E) Karitiane.

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 21

O sistema operacional que é multiplataforma, podendo ser executado em Mainframes, RISC ou servidores Intel é denominado:

- A) VmWare.
- B) AIX.
- C) Linux.
- D) Windows Server.
- E) Z/VM.

Questão 22

Numa planilha Excel, quando uma fórmula ou valor referenciado na célula G4 é copiada e colada na linha seguinte, a referência é alterada para G5. A referência correta à célula G4 evitando que o Excel faça a modificação é:

- A) =/G4/
- B) *G4*
- C) =\$G4\$
- D) %G%4
- E) \$G\$4

Questão 23

Dispositivos de armazenamento de dados como discos e fitas, fazem leitura em blocos e usam um armazenamento intermediário liberando aos poucos a informação para a memória principal. Chama-se armazenamento intermediário de:

- A) Memória RAM.
- B) Memória Cache.
- C) HUB.
- D) Memória SDRAM.
- E) Roteador.

Questão 24

À locação de recursos de servidores e storages virtuais, com software disponível, localizados em Data-Centers interligados e acessados remotamente, dá-se o nome de:

- A) Computação em Real Time.
- B) Computação On-Line.
- C) Computação em nuvem.
- D) Computação Virtual.
- E) Block Time Computing.

Questão 25

A transmissão de dados necessita de proteção e garantia de origem. Uma ferramenta que valida e dá proteção jurídica a um documento eletrônico é chamada:

- A) Anti-Vírus.
- B) Criptografia.
- C) Certificado Digital.
- D) Validador Eletrônico.
- E) FireWall.

ÉTICA E CONDUTA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 26

Com vistas a anular ato lesivo à moralidade administrativa, qualquer cidadão é parte legítima para propor:

- A) *habeas corpus*.
- B) *habeas data*.
- C) ação civil *ex delicto*.
- D) ação popular.
- E) mandado de injunção.

Questão 27

É direito constitucionalmente assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, e que visa à melhoria de sua condição social:

- A) a criminalização do assédio moral no ambiente de trabalho.
- B) a violação dos princípios éticos e morais da administração em caso de guerra civil.
- C) a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- D) filiado ao sindicato de sua classe profissional, sob pena de sanção ético-administrativa.
- E) a impossibilidade de prisão civil por dívida do devedor de obrigação alimentícia e do depositário infiel.

Questão 28

Como forma de moralizar o serviço público, a Constituição Federal proibiu a cumulação remunerada de cargos públicos. Entretanto, admitiu algumas exceções, desde que haja compatibilidade de horários e respeito ao teto remuneratório constitucional. Considerando essas exceções, é possível a cumulação de:

- A) três cargos de professor.
- B) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- C) um cargo técnico com outro científico.
- D) um cargo de governador de estado com outro de prefeito municipal.
- E) um cargo de médico, com outro de enfermeiro e com um terceiro cargo de fisioterapeuta.

Questão 29

Segundo a Lei 8429/92, o agente público que deixa de prestar contas quando está obrigado a fazê-lo, comete ato de improbidade administrativa:

- A) que atenta contra os princípios da administração pública.
- B) que causa lesão ao erário.
- C) que importa enriquecimento ilícito.
- D) punido com pena de reclusão de um a dois anos, e multa.
- E) punido com suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e pagamento de multa penal de até quatro vezes o valor do dano.

Questão 30

O funcionário público que recebe para si diretamente, ainda que fora da sua função, mas em razão dela, vantagem indevida no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais), pratica crime de:

- A) excesso de exação.
- B) advocacia administrativa.
- C) roubo.
- D) estelionato.
- E) corrupção passiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31

No tocante ao controle interno da Administração, a Constituição Federal determinou que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Dentre as finalidades desse controle está:

- A) fiscalizar o Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas.
- B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados da aplicação de recursos privados por entidades de direito privado.
- C) exercer o controle das contratações das empresas privadas, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres dos Municípios.
- D) apoiar o controle do câmbio no exercício de sua missão de fiscalização financeira.
- E) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Questão 32

A Constituição dispõe que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Considerando esse contexto, é correto afirmar que:

- A) no âmbito estadual quem julga as contas do Governador é o Tribunal de Contas da União.
- B) no âmbito municipal quem julga as contas do Prefeito é o Tribunal de Contas do Município ou, caso este não exista, o Tribunal de Contas do Estado.
- C) o julgamento das contas dos chefes do Executivo não é feito pelo Tribunal de Contas, mas sim pelo respectivo Poder Legislativo, de modo que o Tribunal de Contas apenas aprecia essas contas, mediante parecer prévio conclusivo.
- D) a atribuição do Tribunal de Contas se restringe em apreciar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- E) a Controladoria Geral da União (CGU) é órgão de controle externo e tem como uma de suas atribuições auxiliar o Tribunal de Contas da União (TCU) na análise das contas públicas.

Questão 33

Segundo a Lei de Acesso à Informação, é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. Para cumprimento desse dever, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios (sites) oficiais da rede mundial de computadores (internet). Esses sítios deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- A) conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- B) garantir que a globalização incentive a criação de um governo eletrônico que utilize recursos da saúde ou da educação para manter sítios públicos com informação governamental sobre segurança pública.
- C) possibilitar o acesso mecânico por sistemas internos em formatos fechados, estruturados e legíveis por máquina.
- D) criptografar formatos utilizados para estruturação da informação, restringindo o acesso aos funcionários especializados.
- E) descartar acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, sendo necessário lei específica para regulamentar tal acesso, a qual ainda não existe.

Questão 34

O particular que oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, comete crime de:

- A) fraude.
- B) estelionato.
- C) roubo.
- D) prevaricação.
- E) corrupção.

Questão 35

Segundo a Lei nº 8.666/1993, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- A) quando da aquisição de obras de arte para os prédios públicos, independente da finalidade do órgão ou entidade.
- B) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- C) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado.
- D) para a construção, a ampliação, a reforma e o aprimoramento de estabelecimentos penais, se configurada situação de grave e perigo atual à segurança pública.
- E) quando o chefe do Poder Executivo assim expressar em decisão discricionária.

Questão 36

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, concorrência é a modalidade de licitação:

- A) que pode ser combinada com a tomada de preços ou com o convite.
- B) em que concorrem apenas os interessados previamente cadastrados e que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado.
- C) entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- D) entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- E) entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

Questão 37

Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Assim, segundo a Lei nº 11.079/2004, Concessão administrativa é o contrato:

- A) cujo valor é inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- B) cujo valor é inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- C) cujo valor é inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- D) que tem como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- E) de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Questão 38

Uma das mais relevantes características do ato administrativo é a autoexecutoriedade. Ela expressa que o ato administrativo:

- A) tem presunção de que nasceu em conformidade com as devidas normas legais.
- B) está ligado à lei por um elo de vinculação e, portanto, seus atos não podem refugir aos parâmetros por ela traçados.
- C) pode tratar do mérito administrativo, em se tratando de ato vinculado.
- D) tem idoneidade de, por si, criar direitos e obrigações, submetendo a todos que se situem em sua órbita de incidência.
- E) está justificado pelo princípio administrativo da eficácia.

Questão 39

No tocante aos poderes administrativos, é certo afirmar que a partir do momento em que o Poder Público interfere na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo direitos individuais, atua no exercício do poder:

- A) de polícia.
- B) hierárquico.
- C) regulamentar.
- D) vinculativo.
- E) disciplinar.

Questão 40

A soberania do Estado permite àqueles que representam a sociedade a edição de atos legislativos, de modo que tais atos devem guardar compatibilidade com a Constituição. Assim, é plenamente admissível que, se surge um dano em decorrência de lei inconstitucional, a qual evidentemente reflete atuação indevida do órgão legislativo, o Estado:

- A) segue a teoria brasileira da irresponsabilidade estatal, para fins de responsabilidade civil do estado.
- B) pode se eximir da obrigação de repará-lo, porque não se trata de hipótese de dano indenizável.
- C) não pode se eximir da obrigação de repará-lo, porque nessa hipótese estará configurada a sua responsabilidade civil.
- D) terá que indenizar o dano independentemente da declaração da inconstitucionalidade da lei pelo órgão competente.
- E) terá que indenizar o dano independentemente da efetiva existência do dano ao particular.

Questão 41

São atos de abuso do poder econômico, que a lei reprimirá, aqueles que visam à (ao):

- A) estímulo da livre concorrência.
- B) dominação dos mercados.
- C) aumento dos lucros dentro de parâmetros legais e contratuais.
- D) criação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- E) exercício do monopólio estatal sobre a pesquisa e o comércio de minérios nucleares.

Questão 42

A intervenção do Estado na propriedade é toda e qualquer atividade estatal que, amparada em lei, tenha por fim ajustá-la aos inúmeros fatores exigidos pela função social a que está condicionada. Nesse contexto, são modalidades de intervenção do Estado na propriedade, EXCETO:

- A) requisição.
- B) servidão administrativa.
- C) concessão de serviço público.
- D) ocupação temporária.
- E) tombamento.

Questão 43

Segundo normatização trazida na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), a sociedade de economia mista:

- A) faz parte da Administração Direta do Poder Público.
- B) é entidade dotada de personalidade jurídica de direito público.
- C) só pode ser criada por lei específica.
- D) será constituída sob a forma de sociedade anônima.
- E) terá as ações com direito a voto pertencentes, em sua maioria, a particulares.

Questão 44

Como forma de controle judicial dos atos administrativos, é possível propor em juízo _____, com o fim de proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. A alternativa que completa corretamente a lacuna do texto é:

- A) ação de execução administrativa.
- B) ação penal privada.
- C) habeas corpus.
- D) mandado de injunção.
- E) mandado de segurança.

Questão 45

Sobre consórcio público, é correto afirmar que ele adquirirá personalidade jurídica de direito:

- A) público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- B) público, passando a integrar a administração direta de todos os entes da Federação consorciados.
- C) público, sendo que os entes consorciados entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio, contrato resolutivo ou qualquer outra espécie contratual e atenda aos objetivos do consórcio.
- D) privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação penal e processual penal.
- E) privado, contudo terá seu pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/90).

Questão 46

Diante do avanço da economia informal, o Poder Público assistiu à perda de importante receita anual, vendo-se obrigado a criar estratégias para atrair os comerciantes e pequenos empresários para a formalidade. Portanto, como forma de incentivar as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, ficou determinado que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às referidas empresas:

- A) tratamento especial, para que elas passem a pagar a mesma quantidade de tributos que é devida pelas empresas de médio e grande porte.
- B) tratamento diferenciado e favorecido, mediante lei ordinária, especialmente quanto aos impostos de ICMS, IPVA e IPTU, e das contribuições para a Previdência Social.
- C) tratamento jurídico diferenciado, que envolverá a simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou ainda a eliminação ou redução destas por meio de lei.
- D) isenção de pagamento de taxa municipal de instalação e operação de estabelecimento comercial, mediante pagamento anual de taxa única no valor de R\$ 100,00 (cem reais).
- E) isenção de Imposto de Renda, que passará a ser retido na fonte e terá alíquota de 30,5% (trinta e meio por cento) sobre o faturamento da empresa ou do empresário individual.

Questão 47

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é formado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, com as atribuições previstas em Lei. Nesse contexto, pode-se dizer que o CADE é:

- A) entidade de natureza público-privada com competência de atuação em todo o território nacional, que se constitui em fundação pública, vinculada ao Ministério da Defesa, com sede e foro na capital do Rio de Janeiro, e competências previstas em lei.
- B) entidade administrativa com competência de atuação em todo o território nacional, que se constitui em sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro no Distrito Federal, e competências previstas em lei.
- C) entidade judicante com jurisdição em todo o território nacional, que se constitui em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal, e competências previstas em lei.
- D) constituído pelos seguintes órgãos: Tribunal de Contas Econômicas, Superintendência-Geral e Departamento de Contabilidade.
- E) constituído pelos seguintes órgãos: Tribunal de Justiça e Ordem Econômica, Direção-Geral e Departamento de Administração Social.

Questão 48

Sobre a lei de diretrizes orçamentárias, é correto afirmar que, EXCETO:

- A) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- B) orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- C) disporá sobre as alterações na legislação tributária.
- D) disporá sobre normas relativas ao controle de legislativo e à avaliação da eficiência e da moralidade dos projetos de lei encaminhados ao Executivo pelo Congresso Nacional.
- E) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Questão 49

O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) poderá:

- A) ser progressivo no tempo para compelir o proprietário do solo rural edificado a promover obras para uso obrigatório da água da chuva como fonte de água corrente.
- B) ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- C) deixar de ser pago desde que o proprietário quite em dia o imposto sobre transmissão de bens imóveis "inter vivos" (ITBI).
- D) ter alíquotas diferentes de acordo com a oscilação do mercado internacional de debêntures e do volume de exportações brasileiras no ano.
- E) ter alíquotas diferentes de acordo com o tamanho do imóvel e a sua caracterização como imóvel rural.

Questão 50

De acordo com a Constituição Federal, compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local. No tocante à iluminação dos logradouros públicos da cidade, é certo dizer que:

- A) deve ser realizada sem custo adicional ao consumidor, que já paga IPTU para custear esse serviço.
- B) a cobrança de imposto pelo serviço de iluminação de ruas e praças é válida e legal porque sua receita tem destinação específica.
- C) a cobrança de taxa pelo serviço de iluminação de ruas e praças é válida e legal porque se trata de contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.
- D) os Municípios poderão instituir taxa para o custeio do serviço de iluminação pública.
- E) o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.